

COMUNICAÇÃO DE
PROGRESSO 2013

PACTO GLOBAL



CARIMBO GLOBAL

6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro

I – INTRODUÇÃO

A. Palavra da Oficiala

O projeto Registro de Documentos em Ação já beneficiou mais de seis mil famílias e nos gratifica muito ver quanta diferença conseguimos fazer na vida dessas pessoas.

É com muito orgulho que apresentamos nossos resultados conquistados apesar de todos obstáculos que vimos superando com garra e dedicação.

A luta é árdua, longa e contínua, mas a crença no nosso trabalho justifica todo esforço.

Sônia Maria Andrade dos Santos

Quais os 10 princípios do Pacto Global?



Princípio 1 : Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos.



Princípio 2: Não participar da violação dos direitos humanos.



Princípio 3: Respeitar e apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva.



Princípio 4: Apoiar a eliminação de toda forma de trabalho forçado ou compulsivo.



Princípio 5: Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil.



Princípio 6: Eliminar a discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas.



Princípio 7: Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8: Promover iniciativas de responsabilidade ambiental.



Princípio 9: Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis.



Princípio 10: Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

II. OS 10 PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

B1. Princípio 1

“Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos”.



Projeto: Registro de Documentos em Ação.

Uma Parceria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e do Cartório do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

Todos têm o direito a um lugar adequado para viver. Isto significa que todas as pessoas têm o direito humano a uma moradia segura e confortável, localizada em um ambiente saudável que promova a qualidade de vida dos moradores e da comunidade. Nesta afirmação estão incluídas as pessoas que moram nas favelas.

O Projeto

Idealizado por Sônia Maria Andrade dos Santos, oficiala do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, o projeto tem como objetivo proporcionar o direito à moradia, que está vinculado a outros direitos humanos. Sem um lugar adequado para se viver, é difícil manter a educação e o emprego, a saúde fica precária e a participação social fica impedida. Apesar da centralidade da habitação na vida de todas as pessoas, poucos direitos humanos têm sido tão freqüentemente violados.

A participação dos parceiros é imprescindível para a realização do Projeto Registro de Documentos em Ação: a **Defensoria Pública** que garante a gratuidade para a emissão dos títulos, baseada na Lei Federal nº 1.060 de 1950, presta esclarecimento, soluciona e resolve os problemas jurídicos imediatos da comunidade; os **Ofícios de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro**, que têm como atribuição a realização do registro da declaração de posse, baseados na Lei Federal nº 6.015 de 1973; e o **Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário**, instituição sem fins lucrativos, que congrega voluntários para fazer parte dos mutirões, de acordo com seu compromisso com a Responsabilidade Social. A união desse grupo realiza o sonho da comunidade de baixa renda: o registro gratuito da declaração de posse.

Idealização:

- * Sônia Maria Andrade Dos Santos - Oficiala do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Presidente do Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário.

Apoio e Realização:

- * Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- * Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário; e
- * Associação de Registradores de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Ofícios Associados:

- * 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos;
- * 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos;
- * 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos;
- * 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos;
- * 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos; e
- * 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

TOTAL DE DECLARAÇÕES DE POSSE:

241 FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO ANO DE 2013.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR COMUNIDADES ATENDIDAS	
ALTO CAMORIM	2
ALTO DA BOA VISTA	4
CHÁCARA DO CÉU	10
JOSUÉ	16
MORRO DA PROVIDÊNCIA	36
PEDRA DO ITANHANGÁ	42
TANGARÁ	11
TIJUAÇU	28
VILA CANOAS	82

EVENTOS BENEFICENTES

Esse ano excepcionalmente não foram realizados os eventos beneficentes pois uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na reclamação nº RCL 15647, suspendeu a obrigatoriedade do registro dos contratos de alienação fiduciária nos Cartórios de Títulos e Documentos. O impacto em mais de 70% na arrecadação foi agravado pela redução nos emolumentos.

Esse grande impacto afetou gravemente as atividades desenvolvidas pelo Instituto que são custeadas unicamente por sua presidente que é registradora pública.

Esforços estão sendo feitos no sentido que tudo se normalize e que haja condição de novamente as atividades serem desenvolvidas.

TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL

O Instituto conquistou no final de 2013 o título de Utilidade Pública Municipal. Com esse título o Instituto passa a ser reconhecido como prestador de serviços à comunidade podendo obter verbas, isenções e outros benefícios do Governo.

PRÊMIO MAGNÍFICO

A presidente do Instituto foi contemplada com o Prêmio Magnífico por seu destaque profissional através de suas atividades que muito contribuem para a sociedade brasileira.

B2. Princípio 2:

“Assegurar-se da não participação das violações dos direitos humanos”.

Alguns convênios firmados com órgãos que primam pela não violação dos direitos humanos, a saber:

Convênio com a Defensoria Pública.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, elaboram a declaração de posse, documento que comprova o tempo do morador na comunidade carente, bem como as benfeitorias realizadas no local. O projeto já atendeu mais de 4500 famílias desde o ano de 2006. Muitos conflitos já foram dirimidos pela Defensoria Pública entre vizinhos e parentes, diluindo assim os processos no Judiciário.

Convênio com a Un-Habitat.

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) é uma agência especializada da ONU dedicada à promoção de cidades socialmente e ambientalmente sustentáveis, de maneira a que todos os seus residentes disponham de abrigo adequado.

Parceria com o Grupo Arco-Íris.

O Grupo Arco-Íris não tendo vinculação com nenhum partido político, grupo religioso ou qualquer organismo ou entidade cujos fins específicos não digam respeito a conscientização e emancipação homossexual.

B3. Princípio 3:

“Respeitar e apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva”.

O 6º Ofício apóia o Princípio 3 do Pacto Global através de sua política da responsabilidade social, sendo auditado semestralmente por uma empresa certificadora (BVQI), que dentre outros assuntos, verifica se o cartório respeita e apóia a liberdade de associação e negociação coletiva dos seus empregados.

B4. Princípio 4:

“Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsivo”.

O 6º Ofício apóia a eliminação do trabalho forçado e segue a legislação vigente, comprometendo-se em não aplicar uma jornada de trabalho superior a 44 horas semanais e sendo permitido no máximo 12 horas extras semanais remuneradas, garantindo ainda no mínimo um dia de descanso nesse período.

B5. Princípio 5:

“Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil”.

O 6º Ofício apóia a erradicação do trabalho infantil e solicita de seus fornecedores o mesmo padrão, restringindo o relacionamento comercial com qualquer entidade que não compartilhe deste valor.

B6. Princípio 6:

“Eliminar a discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas”.

O 6º Ofício apóia a eliminação de quaisquer práticas discriminatórias e práticas disciplinares abusivas. Em suas auditorias externas, o auditor realiza reuniões individuais e reservadas com os funcionários visando o sigilo absoluto no caso de alguma constatação com relação ao descumprimento deste princípio.

Parada GLBT – Rio 2012

O 6º Ofício apóia a Parada GLBT, divulgando o registro do Pacto União Estável Homoafetivo – que é um acordo informal no qual duas pessoas do mesmo sexo assumem juridicamente seu relacionamento, para garantirem a justa partilha ou herança do seu patrimônio comum.

B7. Princípio 7:

“Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais”.

 **A papelaria do 6º Ofício é toda feita em papel 100% reciclado.**

B8. Princípio 8:

“Promover iniciativas de responsabilidade ambiental”.

Papel

O 6º Ofício realiza uma parceria com o Tribunal de Justiça, doando papéis para serem reciclados.

Cartuchos

O 6º Ofício recarrega alguns cartuchos utilizados na Serventia buscando diminuir os impactos ambientais que a embalagem plástica provoca no meio ambiente.

Pilhas, baterias e celulares

O 6º Ofício incentiva seus funcionários a efetuarem doações de pilhas ao Banco Santander e as baterias e celulares em locais de descarte adequados.

Brechó

O 6º Ofício faz doação de materiais de escritório e de informática, utensílios domésticos, artesanato, entre outros, direcionando-os ao brechó do Instituto para que sejam vendidos e reaproveitados por outras pessoas.

B9. Princípio 9:

“Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis”.

Sacolas

O 6º. Ofício e o Instituto produzem sacolas em algodão e em produto oxibiodegradável pensando em novas tecnologias ambientalmente sustentáveis.

Torneiras e descargas

Todas as torneiras e descargas foram instaladas visando a redução da utilização de água em todo o Instituto e no 6º Ofício.

B10. Princípio 10:

“Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina”.

O 6º Ofício combate a corrupção restringindo seu relacionamento comercial com qualquer entidade que não compartilhe deste valor.

III. CONCLUSÃO

Esse ano foi especialmente difícil para o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, cujas atividades são todas custeadas por mim através da receita do 6º Ofício de Títulos e Documentos, serventia da qual sou oficiala. Uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na reclamação nº RCL 15647, suspendeu a obrigatoriedade do registro dos contratos de alienação fiduciária nos Cartórios de Títulos e Documentos. O impacto em mais de 70% na arrecadação foi agravado pela redução nos emolumentos. Isso afetou gravemente as atividades desenvolvidas pelo Instituto. É muito frustrante paralisar projetos em que acreditamos e que sabemos que impactam a vida de tantas pessoas. Mas estamos lutando para que a situação se normalize e que haja condição de novamente as atividades serem desenvolvidas.

Mas o ano também foi de conquistas: o Instituto foi contemplado com o título de UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL que o reconhece como prestador de serviços à comunidade. Esse título nos fortalece a certeza de que estamos no caminho certo. Nossa luta é contínua e esperamos expandir o projeto para todo o Brasil. E é isso que esperamos e batalhamos para conseguir. A batalha é dura. Mas, juntos, somos fortes.

Sônia Maria Andrade dos Santos
Oficiala